

INSTITUTO DE TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO - ITEP/OS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMOSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ASSOCIAÇÃO INSTITUTO DE TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – ITEP/OS, é constituída sob a forma jurídica de associação civil de direito privado sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, sob o nº 05.774.391/0001-15, qualificada como Organização Social – OS, através do Decreto nº 26.025, 14 de outubro de 2003.

O âmbito de atuação do ITEP se estende por todo o território nacional e fora dele, através de representações que venham a se estabelecer, a critério do Conselho de Administração, as quais deverão se submeter e reger-se-ão pelas disposições estatutárias e pelo Regimento Interno, sendo a Associação constituída por um número limitado de associados.

2. MISSÃO E OBJETIVOS SOCIAIS DO ITEP

O ITEP/OS tem como missão gerar e difundir conhecimentos, prestar serviços especializados, realizar pesquisa aplicada, formar recursos humanos qualificados em Ciência e Tecnologia, promover a inovação e a competitividade tecnológica, visando o desenvolvimento socioeconômico ambientalmente sustentável e a melhoria da qualidade de vida, em particular do Estado de Pernambuco e, em geral, da região Nordeste e do País.

3. SUMÁRIO DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS ELEMENTOS PATRIMONIAIS.

3.1 Sumários das Práticas Contábeis

- 3.1.1 Por ser uma Entidade sem finalidade de lucros, aplica-se a mesma os Princípios de Contabilidade e Interpretação contida na Resolução CFC nº 1409, 21 de setembro de 2012, que aprova a ITG (Norma Brasileira de Contabilidade - Interpretação Técnica) 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros. Também se aplica, quando o caso requer, a NBC TG (Norma Brasileira de Contabilidade Geral) 1000 – Contabilidade para Pequena e Médias Empresas.
- 3.1.2 As receitas e as despesas são reconhecidas respeitando-se o regime contábil de competência. Quando ocorridas, as doações e subvenções recebidas para custeio e investimento devem ser reconhecidas no resultado, observado o disposto na NBC TG (Norma Brasileira de Contabilidade) 07 – Subvenção e Assistência Governamentais.

- 3.1.3 Os registros contábeis evidenciam as contas de receitas e despesas, superávit ou déficit, de forma segregada, identificáveis por tipo de atividade. A entidade constituiu provisão em montante suficiente para atender as suas obrigações junto a terceiros. Enfocamos também que não há necessidade de se constituir provisões relativas a valores de realização, bem assim baixa de valores prescritos, incobráveis e anistiados.
- 3.1.4 O valor do superávit ou déficit foi incorporado ao Patrimônio Social. Os registros contábeis são segregados de forma que permitam a apuração das informações para prestação de contas exigidas por entidades governamentais, aportadores, reguladores e usuários em geral.
- 3.1.5 Na adoção inicial da Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, a entidade não adotou os procedimentos do custo atribuído (*deemed cost*) de que trata a ITG (Sessão 35 da Resolução CFC nº 1255, de 10 de dezembro de 2009, NBCT – TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas) 10. No caso da entidade, não há a necessidade de se ter registro em contas de compensação. A Entidade recebe alguns recursos de aplicação restrita, os quais são depositados em instituições financeiras, gerando os correspondentes rendimentos.

3.2 Elementos Patrimoniais

- 3.2.1 Entidade possui aplicações de Liquidez Imediata e Aplicações de Curto Prazo as datas de 31 de dezembro de 2015 e 2014, a saber:

APLICAÇÕES	31/12/2016	31/12/2015
Invest Plus Bradesco	R\$ 308.081,33	R\$ 533.170,94
Santander - Renda Fixa Po FIC Empresa	R\$ 673.747,08	R\$ 22.576,78
Banco do Brasil - BB Renda Fixa LP 100	R\$ 3.293,13	R\$ 1.299,97
Banco do Brasil - BB CP Automático	R\$ 52.189,74	R\$ 306.318,53
Banco do Brasil - BB CP 50 Mil	R\$ 1.495,10	R\$ 8.145,34
Banco do Brasil - BB Renda Fixa 500	-	R\$ 2.156,68
Banco do Brasil - BB Admin Supremo	-	R\$ 42,23
Banco do Brasil - BB CDB DI	-	R\$ 500,00
Banco do Nordeste do Brasil	R\$ 766,56	R\$ 766,56

3.2.2 Estoques

Com saldos de R\$ 1.010.412,42, em 2014 e de R\$ 1.059.883,41, em 2013, os estoques dizem respeito a material de consumo, estando avaliados ao custo médio de aquisição, que não ultrapassa o valor justo (valor de mercado). Nesse caso, não se tornou necessário o registro de uma estimativa de redução desse custo ao preço de mercado ou valor justo.

3.2.3 Imobilizado

Convém destacar que a entidade não levou a efeito a faculdade do ajuste ao Custo Atribuído, consoante previsto em Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Ademais, não foi levada em consideração a redução do Imobilizado em relação do Teste de Recuperabilidade. Destaca-se que a entidade não procedeu, nos exercícios sociais de 2013, 2014, e 2015, o teste de recuperabilidade devido à falta de um tombamento patrimonial. A entidade planeja efetuar esse levantamento patrimonial durante o atual exercício social.

3.2.4 Imposto de Renda e CSLL

Considerando a atividade exercida pela Entidade, eis que essa não é sujeito passivo de obrigações tributárias, na qualidade de contribuinte.

3.2.5 Provisões em Geral

Atendendo as normas societárias e ao regime contábil de competência dos exercícios, a entidade vem contabilizando as provisões que digam respeito à obrigações junto a terceiros.

4. DETALHAMENTO DO IMOBILIZADO

As contas sintéticas que formam o Ativo Não Circulante Imobilizado apresentam-se com os seguintes saldos:

CONTAS	31/12/2016	31/12/2015
Móveis e Utensílios	R\$ 1.326.221,99	R\$ 1.281.863,99
Máquinas e Equipamentos	R\$ 11.102.206,36	R\$ 10.956.045,17
Material Didático	R\$ 113.944,88	R\$ 113.515,08
Veículo	R\$ 1.841.941,55	R\$ 1.741.961,55
Equipamentos de Informática	R\$ 2.539.866,92	R\$ 2.536.732,92
(=) Valor Bruto do Imobilizado	R\$ 16.924.211,70	R\$ 16.630.118,71
(-) Depreciação Acumulada	R\$ 2.365.287,68	R\$ 2.365.287,68
(=) Valor Líquido do Imobilizado	R\$ 14.558.924,02	R\$ 14.264.831,03

5. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E OBRIGAÇÕES FISCAIS

As obrigações tributárias e fiscais estão assim compostas:

4

OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E FISCAIS - PARCELAMENTOS	31/12/2016	31/12/2015
PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 2.874.821,10	R\$ 2.981.609,46
IRRF a recolher	R\$ 570.745,26	R\$ 539.267,83
ISS recolher	R\$ 9.750,92	R\$ 8.244,57
PIS/PASEP	R\$ 87.861,05	R\$ 32.974,27
COFINS s/faturamento	R\$ 821.861,05	R\$ 821.861,05
INSS a recolher	R\$ 220.555,63	R\$ 102.043,86
PIS/COFINS-CSLL retidos	R\$ 41.998,07	R\$ 16.245,67
PAEX – Pis Parcelamento	R\$ 6.124,96	-
PAEX – COFINS Parcelamento	R\$ 25.348,52	-
INSS – Parc. Simplificado – Proc. 99777659-5	-	R\$ 449.293,26
INSS – Parc. Ordinário – Proc. 10480-7213895/2015-11	-	R\$ 770.351,02
INSS – Parc. Simplificado – Proc. 99781413-6	-	R\$ 241.327,93
INSS – Parc. Ordinário – Proc. 10480.729.223/2016-26	R\$ 888.035,58	-
INSS – Parc. Ordinário – Proc. 10480.729.508/2016-67	R\$ 202.767,80	-
PASSIVO NÃO CIRCULANTE – CIRCULANTE A LONGO PRAZO	R\$ 3.800.300,02	R\$ 13.553,86
PAEX – Pis Parcelamento	R\$ 510,38	R\$ 1.329,07
PAEX – COFINS Parcelamento	R\$ 16.885,68	R\$ 12.224,79
INSS – Parc. Ordinário – Proc. 10480.729.223/2016-26	R\$ 3.081.015,03	-
INSS – Parc. Ordinário – Proc. 10480.729.508/2016-67	R\$ 701.888,93	-
TOTAL	R\$ 6.675.121,12	R\$ 2.995.163,32

Antonio Vaz de Albuquerque Cavalcanti
Diretor Presidente

Edelson Lima de Souza
Contador – CRC 013343/O-1